

EMPREENDIMENTOS

Abertura de novos negócios aumenta 25,5%

AGÊNCIA BRASIL

São Paulo

O número de novos empreendimentos aumentou 25,5% em novembro de 2019 em relação ao mesmo mês do ano anterior. Foram registradas 257.697 aberturas, segundo o Indicador de Nascimento de Empresas da Serasa Experian. Na comparação com outubro de 2019, houve queda de 16,2%. O acumulado de janeiro a novembro mostrou a abertura de 2,9 milhões de empresas, com alta de 23,3% no ano.

O volume de novos negócios foi maior na Região Norte, com alta de 36,3% em novembro comparado ao mesmo mês do ano passado. Em seguida aparecem o Nordeste (27,3%), o Centro-Oeste (26,3%), o Sul (24,8%) e o Sudeste (24,2%). Entre os esta-

dos, o que apresentou a maior variação foi o Amapá, com 73,2% na comparação com novembro de 2018, seguido pelo Amazonas (59,9%) e Roraima (51,8%). O Espírito Santo aparece em último, com alta de 15,1%.

“Com a geração de empregos formais ainda em marcha lenta na economia brasileira, o empreendedorismo tem sido uma válvula de escape para o desenvolvimento de atividades econômicas. Esse fato explica o forte crescimento, principalmente, de novos microempreendedores individuais, que já chegou a 2,4 milhões até novembro de 2019”, disse o economista da Serasa Experian Luiz Rabi.

As empresas do setor de Serviços apresentaram a maior variação, 29,7% entre novembro de 2018 e 2019.

FOLHA DE S.PAULO

Reforma tributária e federalismo

Projeto vende a ilusão de que fará o salto federalista

Carlos A. Cinquetti

Doutor em economia pela New School University (EUA) e pós-doutor pela University of Colorado (EUA), é professor da Unesp

Há algo de revolucionário na reforma tributária em discussão no Congresso, pois seu alvo não é acertar a capacidade fiscal, e sim a capacidade estatal. Melhora nos serviços públicos sem mais impostos — com mais descentralização. Fortalecendo os governos locais e regionais — os mais bem informados e posicionados a atenderem mercados e necessidades locais e regionais.

Começemos por nossa moderna capital federal erguida há 1.000 km do litoral, sem simultânea construção de estradas e canais conectando-a aos principais centros econômicos do país. Protecionismo comercial e ampliação da máquina governamental, tornou este distante governo um todo-poderoso, estabelecendo uma cultura de contratos viciados, além do imbróglio de normas e tributos.

O projeto de reforma tributária propõe unificar os impostos indiretos e limitar essa tributação no destino. Facilitará a vida das empresas, evitará ilegalidades e melhorará a desigualdade inter-regional — de uma

industrialização que se concentrou em poucos estados. Mas sua inspiração federalista é tímida; não suprime de vez o governo federal nos impostos indiretos. Também ingênua, desconsidera a cultura política predatória de estados e municípios, produto de décadas obtendo recursos com base em elos pessoais.

Na China, onde a situação não era diferente, a abertura para os mercados apoiou-se em incentivos pró-negócios e mercados aos governos locais e regionais. Transferência fiscal a estados condicionada a projetos e desembolso em investimentos. Essa descentralização mostra que a timidez da nossa reforma, ao final, preservou um instrumento de incentivo ao uso criativo dos recursos por prefeitos e governadores.

A reforma traz um vício extrínseco, de vender a ilusão de que fará o salto federalista, em vez de se apresentar como início de um processo que exigirá reformas nos estados e municípios. Temos várias Brasília nos estados e municípios. As capitais de estados estão ou no litoral

(ou próxima), nos estados litorâneos, ou na maior cidade do estado. Isto é, num extremo de distância do centro geográfico, e na mais cara e menos carente das cidades.

Nos EUA, ficam em cidades menores e geograficamente centrais, significando também interiorização econômica dos estados. Sem contar a distância pelo tamanho dos estados — outro problema de nossa geografia política.

A proposta de extinção dos municípios com menos de 5.000 habitantes é oportuna. Foram montados para criar cargos políticos e estão financeiramente quebrados. Mas a busca por autonomia daqueles vilarejos foi também motivada pela sub-representação nas Câmaras Municipais. As Brasília municipais: tudo centrado na vila principal. Um problema solucionável com o voto distrital.

Resta o rentismo político das Câmaras. Na maioria dos países desenvolvidos, vereadores não são remunerados em municípios com menos de 200 mil habitantes. Não havia tal remuneração no Brasil até o início dos anos 1980, e a vida política nos municípios (exceto capitais) estava mais aberta ao cidadão comum.

Finalmente, nada foi dito sobre a criação dos condados, este para alguns serviços intermunicipais. Nos EUA, os condados gerem as secretarias de Educação, com menor custo administrativo e maior autonomia frente a prefeitos desejosos por carquinhos. Juntos, voto distrital, corte nas Câmaras e os condados dariam um salto nos recursos e eficácia de nossas escolas.

FOLHA DE S.PAULO

Reforma de servidor sai em duas semanas, diz Guedes

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A proposta do governo Bolsonaro para a reforma administrativa será enviada ao Congresso em duas semanas, disse nesta quinta-feira (30) o ministro Paulo Guedes, da Economia.

O projeto não deve afetar direitos dos atuais funcionários públicos, mas, segundo ele, é possível incluir algum tipo de avaliação de desempenho que dê elementos ao desligamento de servidores, ainda que isso possa aumentar a resistência ao texto.

Previsto na Constituição, os mecanismos de avaliação de servidores nunca foram implantados. Para Guedes, porém, essa decisão cabe à classe política.

"A [reforma] administrativa, acho que é a mais simples de aprovar. Nós desidratamos para não atingir os direitos dos atuais. Ela está muito simples de aprovar. Agora, se a gente começar a ouvir a opinião

pública e turbinar um pouco a proposta, e incluir a meritocracia para os atuais, aí pode ser que tenha oposição, mas de novo eu delego isso para a classe política", disse.

Guedes participou nesta quinta-feira de um debate sobre a agenda econômica, promovido pelo CLP - Liderança Política, em São Paulo. Inicialmente, ele debateria o assunto com o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, mas as apresentações dos dois acabaram sendo separadas porque o parlamentar se atrasou.

Segundo o ministro da Economia, o presidente Jair Bolsonaro se comprometeu em enviar o texto da reforma administrativa tão logo o Congresso retorne do recesso.

Guedes disse que entre junho e julho do ano passado as condições para a aprovação das reformas viviam um "momento mágico" e que o avanço "quase engatou", mas que a preocupação com a rea-

ção popular freou esse ensaio.

Para o ministro, esse tipo de recuo "é da política". Diante dos protestos registrados no Chile no ano passado, o presidente Jair Bolsonaro teria optado por "não dar pretexto" para revoltas similares no Brasil.

"O presidente nunca foi contra a reforma administrativa, o que ele fez foi uma ques-

“

A [reforma] administrativa, acho que é a mais simples de aprovar. Nós desidratamos para não atingir os direitos dos atuais [servidores]

Paulo Guedes
ministro da Economia

tão de timing, de estratégia. E ele agora quer atender o pedido do presidente da Câmara [de enviar logo a proposta]."

Na quarta-feira, Maia (DEM-RJ) afirmou estar otimista com o ritmo da tramitação das reformas administrativas e tributárias, mas disse não ter "culpa se o governo ainda não enviou a reforma". Na discussão das alterações no sistema tributário, Maia apoia o projeto que tem relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ao chegar ao evento nesta quinta, o presidente da Câmara disse que havia a necessidade de alinhar as narrativas, para que todos fossem responsáveis pelo que considera uma demora no envio das reformas.

Maia afirmou que, em uma democracia, é necessário que o Executivo participe das discussões. "Eu só mostrei que o pacto federativo foi prometido para abril, para junho, julho e só foi enviado em novem-

bro. Então essa é a narrativa. De que 'agora eu fiz a minha parte e agora você faz a sua'. Não é assim. O sistema democrático não é assim, precisa ter presença, diálogo", afirmou o congressista.

O presidente da Câmara disse, no entanto, que a relação do parlamento com o ministro da Economia é de muita confiança e admiração.

"Ele talvez seja quem mais justifica, com clareza, a importância das reformas. O parlamento vai trabalhar junto para mostrar a importância."

Para Maia, as duas reformas — administrativa e tributária — são urgentes.

"O sistema tributário é um problema para o crescimento do país", disse.

Sobre a reforma administrativa, disse que "todos já viram que esse Estado custa muito e serve pouco".

Ele considera que as mudanças nas carreiras são "uma demanda da sociedade, e não só do Parlamento."

FOLHA DE S.PAULO

Rombo na Previdência cresce 10% e atinge R\$ 318 bi em 2019

Efeitos da reforma nas aposentadorias ainda serão pouco sentidos neste ano

Bernardo Caram

BRASÍLIA O rombo nas contas da Previdência atingiu R\$ 318,4 bilhões no ano passado. O número é o maior registrado na série histórica.

Em 2019, o déficit previdenciário da União cresceu cerca de 10% em relação ao ano anterior, apontam dados do Tesouro Nacional.

A diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta nessa área havia ficado negativa em R\$ 289 bilhões em 2018 e R\$ 270,3 bilhões em 2017.

Para corrigir distorções no sistema de aposentadorias e reduzir o rombo, o governo apresentou e conseguiu aprovar uma proposta de reforma da Previdência em 2019.

O impacto para o ano passado, porém, foi nulo, e o efeito nas contas deste ano ainda serão pequenos.

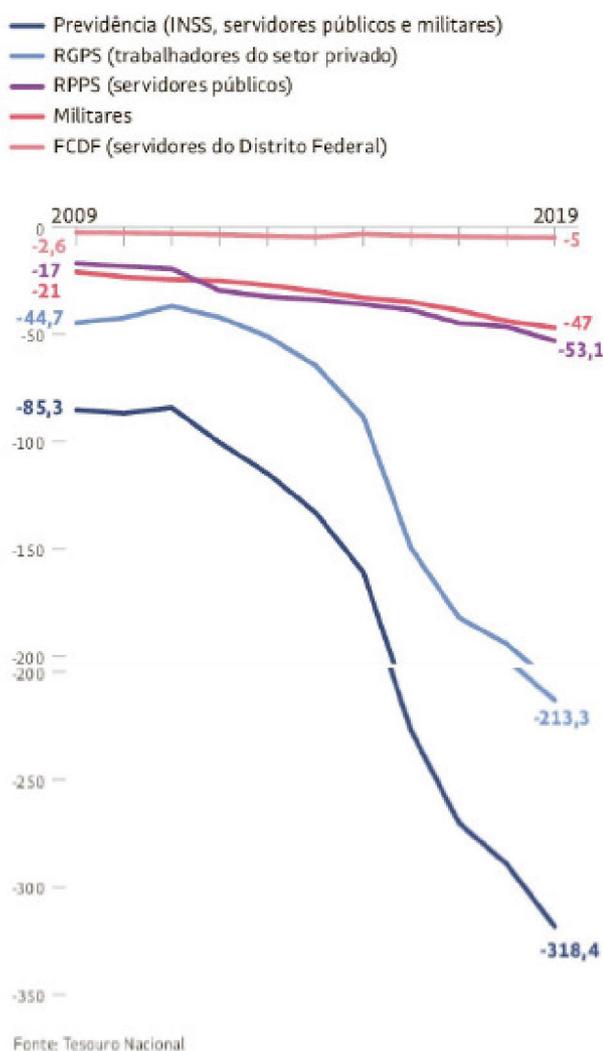
Os dados divulgados pelo Tesouro incluem os resultados do Regime Geral de Previdência Social, que atende ao setor privado, e os regimes de servidores públicos e militares, além do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

O déficit da Previdência foi o principal alvo do ministro Paulo Guedes (Economia) em seu primeiro ano de gestão.

Apresentada com uma economia aos cofres públicos estimada em mais de R\$ 1 trilhão em dez anos, a proposta para mudar regras de

Déficit da Previdência é recorde

Déficit por categoria, em R\$ bilhões



aposentadoria do setor privado e de servidores públicos acabou aprovada pelo Congresso Nacional com um impacto de aproximadamente R\$ 800 bilhões.

Em 2019, as aposentadorias do setor privado responderam pela maior parte do déficit, com R\$ 213,3 bilhões. No caso dos servidores públicos, o rombo foi de R\$ 53,1 bilhões. O Fundo Constitucional do Distrito Federal ficou com um buraco de R\$ 5 bilhões.

O déficit do sistema dos militares, por sua vez, foi de R\$ 47 bilhões. A categoria também passou por mudanças no sistema previdenciário, mas, como contrapartida, foi beneficiada com um plano de reestruturação de carreira e ampliação de remuneração.

+ Fila atrasa pentefino em benefício por incapacidade

A crise no atendimento do INSS atrasará o início do pentefino que o governo pretende fazer em benefícios por incapacidade e no BPC (Benefício de Prestação Continuada). Após seguidos adiamentos em 2019, a Secretaria de Previdência havia comunicado a intenção de iniciar as revisões neste mês, o que acabou por não acontecer.

Reforma administrativa é mais fácil de aprovar, afirma Guedes

Segundo ministro, proposta deve ser enviada ao Congresso em até duas semanas

Por Anaís Fernandes e Thais Carrança — De São Paulo

31/01/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Guedes: sem incluir funcionário público na ativa, reforma administrativa 'praticamente não tem oponentes'; mudança no pacto federativo é mais complexa — Foto: Paulo Guereta/Photo Premium/Agência O Globo

A reforma administrativa, que vai propor mudanças à carreira do funcionalismo público, será encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em até duas semanas, afirmou ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Em uma ou duas semanas o negócio chega lá", disse durante o evento "Apoie a Reforma", organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em São Paulo.

Na avaliação de Guedes, a reforma administrativa é a mais simples de aprovar justamente porque foi "desidratada" para preservar os direitos dos servidores atuais. "Ela praticamente não tem oponentes, está muito simples de aprovar", afirmou Guedes. "Se a gente quiser, ouvindo a opinião pública, turbinar a proposta e colocar meritocracia, incluir também os atuais, aí pode ser que tenha alguma oposição."

Segundo Guedes, o próprio presidente Jair Bolsonaro defendeu que a reforma só afetasse os futuros ingressantes na carreira, mas o ministro observou que o Congresso é o responsável pelo processamento político da matéria. Excluir os servidores na ativa do projeto "é uma restrição política" e cabe ao Congresso lidar com essa dimensão do debate, de acordo com Guedes. "Se não é possível politicamente aplicar para quem está hoje, coloca um filtro pelo menos para o futuro."

Uma ideia, disse Guedes, é que o novo servidor tenha que provar ser bom funcionário para ganhar estabilidade. “O meu conselho é que acelere isso [a aprovação da reforma]. Se demorar mais um ou dois anos, vai cair a estabilidade do funcionalismo público atual também, porque o buraco vai ficando cada vez mais aparente e vai chegar um momento em que a opinião pública vai dizer ‘tem que cortar’”, afirmou.

Em relação a outras reformas, Guedes disse que o governo vai “encaminhar tudo”, mas reforçou que a priorização dos temas caberá aos parlamentares. Sobre a reforma tributária, o ministro afirmou que “adoraríamos que pudesse ser feita em três a seis meses”, mas disse que o governo não quer “invadir território alheio”, em referência à unificação de impostos estaduais e municipais, além dos federais.

De acordo com Guedes, pessoas que ajudaram a formular a proposta do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único falaram na aplicação de uma alíquota de 25%. “Tem gente dizendo que, se for colocar os municípios dentro, chega a 30%”, disse. “O comércio e os serviços brasileiros não aguentam um nível de 30%.”

Guedes reafirmou que a proposta do governo, com a unificação de impostos federais, não será enviada via Proposta de Emenda à Constituição (PEC). “Vamos mandar propostas que possam ser examinadas e acopladas à do [deputado federal] Baleia Rossi na Câmara”, disse, citando como exemplos mudanças em tributos seletivos e Imposto de Renda.

A reforma do pacto federativo, por sua vez, que já tramita no Congresso, foi considerada por Guedes a mais importante, “porque coloca a classe política no comando do orçamento público brasileiro”, mas também a mais complexa.

Guedes aproveitou o discurso para comemorar os juros baixos. Segundo o ministro, com a Selic a 4,5%, as despesas do governo com juros devem cair R\$ 120 bilhões entre um ano e outro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019
SAVERDAILY

LINK PATROCINADO

Cardiologista alerta: “Não coma estes 3 alimentos ladrões de energia”
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

50 carros que vão durar mais de 400.000 Km; o seu está na lista?
TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

Acompanhe a Dani Monteiro curtindo o esqui All Inclusive
CLUB MED

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador
COOLAIR

LINK PATROCINADO

Últimas ofertas! Voos a partir de R\$ 89 desde Bahia
WWW.JETCOST.COM.BR

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Atlas Quantum é condenada a indenizar e restituir R\$ 360 mil a investidor em bitcoin

Carf diz que propaganda gera crédito de PIS/Cofins

Conselheiros entenderam que gastos são essenciais para a atividade varejista

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

31/01/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A 1ª instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiu que gastos com publicidade e propaganda geram crédito de PIS/Cofins para empresas do varejo. No caso julgado, a Lojas Insinuante, hoje Grupo Ricardo Eletro, sustentou que esses valores equivalem a insumos por serem essenciais à atividade e desencadearem receita que gera créditos de PIS e Cofins. O entendimento da Receita é o de que indústrias e prestadores de serviços só têm direito a créditos das contribuições sociais a partir de insumos destinados à produção.

Ricardo Eletro obtém no Carf direito a crédito de PIS/Cofins sobre propaganda



Ads by Teads

Aplicativo lançado pela PGFN indica empresas inadimplentes

“É um setor muito competitivo e os valores dos produtos são muito próximos. O que vai definir se o consumidor vai comprar na Ricardo Eletro, no Magazine Luiza ou em outra loja é a propaganda”, diz o advogado da companhia, Rafael Fabiano.

Essa discussão surgiu após julgamento do Superior Tribunal de Justiça, em 2018, que considerou como insumo - e, portanto, apto a gerar créditos - tudo o que for imprescindível ao desenvolvimento da atividade econômica.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que ainda vai analisar a decisão para decidir se recorrerá à Câmara Superior do Carf.

Contratação temporária de servidor em cenário de risco pode entrar na reforma

Modelo em discussão prevê admissão com prazo de validade, sem gerar compromisso financeiro de décadas para o governo

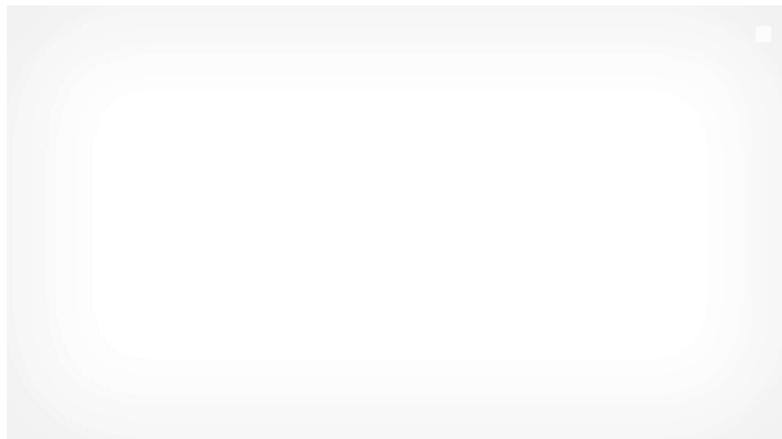
Por **Fabio Graner** — De Brasília

31/01/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na reforma administrativa que o governo pretende enviar no próximo mês, uma das ideias em estudo é alterar o sistema de contratações temporárias. A intenção em estudo, segundo apurou o **Valor**, é incluir uma hipótese de admissão com prazo determinado para atender demandas previamente mapeadas, antes de situações emergenciais se materializarem. Dessa forma, ao se antecipar um cenário de risco, a contratação seria feita, mas com prazo de validade, sem gerar um compromisso financeiro de décadas para o governo.

Prevista na Constituição, a contratação temporária está regida pela lei 8.745, de 1993. Conforme o Ministério da Economia, esse tipo de contratação tem a “finalidade de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público” e “é uma das medidas que podem ser adotadas para o fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos da administração pública federal”. A lei também autoriza em situações não emergenciais para casos específicos e explicitados nela, como os contratados para o censo do IBGE. A ideia é ampliar esse tipo de possibilidade.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Na avaliação de fontes do governo ouvidas pelo **Valor**, se esse desenho existisse hoje, os problemas de filas do INSS poderiam ter sido prevenidos e atacados por meio desse tipo de contratação. “Não faz sentido fazer concurso para vagas permanentes e ficar décadas com essa despesa para um problema que poderia ser resolvido em um ou dois anos”, disse uma fonte.

O ministro Paulo Guedes disse ontem que pretende enviar a proposta de reforma administrativa em duas ou três semanas. Auxiliares dele já têm se encontrado com diversos ministros para explicar o modelo que será apresentado ao Congresso, ouvir sugestões e deixar claro que a ideia central é mexer daqui para frente.

Apesar disso, algumas minutas mexiam com questões para os atuais servidores, mas dificilmente vão para frente por causa da clara determinação do presidente Jair Bolsonaro de não atacar direitos adquiridos.

A reforma administrativa é feita a partir de um amplo diagnóstico, feito a partir de estudos internos e externos (como o do Banco Mundial no ano passado) sobre a situação do funcionalismo no país. A visão é que a máquina é cara e tem baixa produtividade, devido a um desenho mal feito em termos de incentivos para os servidores.

No diagnóstico, constata-se que o setor público no Brasil gastou em 2018 13,8% do Produto Interno Bruto (PIB) com servidores e caminha para, em 2030, chegar a 14,8% de toda a riqueza gerada no país, se nada for feito. Nos Estados Unidos e na Europa, esse indicador é inferior a 10%.

Levantamento do Ministério da Economia mostra que a diferença entre gastos federais com investimento e com pessoal saltou de R\$ 187 bilhões em 2003 para R\$ 277 bilhões em 2018. Por isso, os técnicos apontam que uma reforma que aproveite a janela de aposentadoria de 42% da força laboral até 2030 abriria espaço para investimentos. Essa relação, contudo, não é linear, pelo menos enquanto estiver valendo o teto de gastos, que limita o aumento de despesas.

Na reforma em fase final de elaboração, entre as principais ideias, estão a redução do número de carreiras no funcionalismo e a elevação da distância entre salários iniciais e finais nas carreiras. Pretende-se também alongar o tempo de serviço que as pessoas em “carreiras de Estado” alcançarão o direito à estabilidade. A reforma será feita primeiramente com mudanças constitucionais, seguida de projetos de lei relativos às carreiras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça.
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019
SAVERDAILY

LINK PATROCINADO

Cardiologista alerta: “Não coma estes 3 alimentos ladrões de energia”
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Veja as quarenta mulheres mais lindas do Brasil
GLORIOUSA

LINK PATROCINADO

Acompanhe a Dani Monteiro curtindo o esqui All Inclusive
CLUB MED

LINK PATROCINADO

Os países mais ricos e os mais pobres da América Latina em 2018 – Confira a classificação Brazil
EVERYDAYCHIMP

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Reforma administrativa é mais fácil de aprovar, avalia Guedes

VALOR INVESTE

Paridade de gênero de empresas R\$ 40 mil e outras estatísticas

Junção de municípios precisa de consulta, diz relator

Governo aposta na aprovação das propostas sobre pacto federativo no Senado

Por Anaís Fernandes e Thais Carrança — De São Paulo

31/01/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A junção de municípios, prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo, terá que passar por consulta pública, afirmou ontem o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do texto apresentado pelo governo no ano passado.

Segundo o senador, seu gabinete constatou que, como a criação de municípios no passado teve de passar por consulta, qualquer incorporação teria que seguir o mesmo rito, “sob pena de ter uma enxurrada de ações judiciais de contestação no Supremo [Tribunal Federal]”, disse, durante evento organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

A PEC 188 propõe que municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria inferior a 10% da receita total sejam incorporados por cidades vizinhas.

Bittar disse ainda que, se depender dele, o relatório da PEC vai propor uma ampla desvinculação do orçamento. “Tenho total sintonia com a agenda do [ministro da Economia] Paulo Guedes”, afirmou. “Se depender de mim, apresento [o relatório] com desvinculação total”, disse.

O senador defendeu que a medida vai devolver poder de gestão aos entes federativos sobre seus orçamentos. “Entendo que devemos devolver aos gestores locais sua prerrogativa”, disse. Segundo o senador, como contrapartida para repassar os recursos, o governo federal estabelecerá uma série de regras e condicionantes, reforçaria outras já existentes e exigiria transparência nas contas dos entes da federação.

Também presente ao evento, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, demonstrou otimismo. “Trabalhamos com a aprovação das três PECs do Pacto Federativo - a emergencial, o Plano Mais Brasil e a PEC dos fundos, respectivamente, as PECs 186, 188 e 187 - ainda no final desse semestre”, disse ao **Valor**.

“Esperamos a aprovação no Congresso Nacional, nas duas casas”, afirmou. “Entendemos que é possível, dada a maturidade do Congresso e dado que essa discussão já foi iniciada ano passado.”

Waldery lembrou que já houve a leitura de duas das três PECs na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), e há audiência pública agendada para discutir uma delas.

“Entendemos que há sim maturidade no Congresso e possibilidade de aprovação dessas três PECs, em particular da PEC 187 dos fundos e da PEC 186 que é a emergencial.”

Para o secretário, a PEC 188 é mais complexa e deve exigir discussão de itens específicos de maneira um pouco mais alongada, ainda assim, ele reafirmou acreditar ser possível a aprovação até junho.

Questionado sobre o impacto do reajuste de mais de 12% no piso do magistério definido pelo Ministério da Educação, em um momento em que o governo busca reduzir despesas públicas e que os municípios passam por dificuldades financeiras, Waldery disse que esse impacto será considerado nas discussões do pacto.

“O piso salarial do magistério é um item que tem fortíssimo impacto nas contas dos Estados e municípios. O aumento de 12% foi bem acima da inflação”, disse. “Consideraremos o impacto que esse aumento trará nas contas dos entes subnacionais. Na análise do pacto federativo, esse é um item que entrará na conta.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019

SAVERDAILY

Leite consegue aprovação rápida de reforma que poupa R\$ 18 bi em dez anos

Assembleia gaúcha vota em apenas três dias mudança administrativa e previdenciária

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

31/01/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Aprovada em apenas três dias, a proposta de emenda constitucional de reforma previdenciária e administrativa do Rio Grande do Sul (PEC 285/2019) é a base da mais ampla mudança estrutural feita no Estado. A reforma, que contempla servidores militares e civis dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo Tribunal de Contas e Ministério Público, deve ter impacto de R\$ 18 bilhões em dez anos. Segundo estimativas do governo gaúcho, o efeito será de R\$ 3 bilhões até o fim do mandato do governador Eduardo Leite (PSDB) e os demais R\$ 15 bilhões nos sete anos seguintes.

“O impacto foi calculado para dez anos, mas ele continuará para os mandatos seguintes, porque a mudança é perene. É um legado. Não queríamos somente resolver o nosso problema, e sim resolver o problema do Estado”, diz Leite. Para 2020, avalia, o impacto da reforma como um todo deve ser de R\$ 650 milhões, além de outros efeitos da aplicação de regras de transição para aposentadoria. O efeito neste ano deve vir principalmente da alteração de alíquotas da contribuição previdenciária.



Além da PEC, o pacote do governo gaúcho envolve sete projetos de lei. Um deles foi aprovado já em dezembro de 2019. A PEC e outros cinco projetos de lei foram aprovados em convocação extraordinária da Assembleia Legislativa desde o início desta semana até ontem. A projeção inicial de economia do pacote era de R\$ 25 bilhões em dez anos. Mas, com emendas relacionadas às carreiras do magistério e dos militares e também às regras de transição para os novos parâmetros de aposentadoria, o impacto estimado foi reduzido em R\$ 7 bilhões.

O governo gaúcho obteve a aprovação da emenda e das novas leis com boa margem. O Projeto de Lei Complementar (PLC 6) do Estatuto dos Militares foi o último analisado pelos deputados dentro dessa leva. Ontem, ao fim da tarde, a proposta foi aprovada com 37 votos a favor e 16 contra. A PEC 285, que muda a Constituição estadual e traz as diretrizes da reforma, obteve 36 votos a favor e 16 contrários no segundo turno.

A reforma gaúcha, diz o governador, vai além da reforma previdenciária. Além da elevação da idade mínima de aposentadoria para 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, nos moldes da reforma aprovada em âmbito reforma federal, o pacote gaúcho traz um novo Estatuto dos Servidores. As mudanças prometem reduzir o ritmo de crescimento da folha ao eliminar incorporação de vantagens de exercício de função em caráter temporário e de confiança, além de progressões automáticas.

“Acabam as gratificações por incorporação, as vantagens temporais como anuênios, triênios, quinquênios, os acréscimos automáticos a cada 15 anos”, exemplifica Leite. Ele também destaca o abono familiar, que antes era universal e que agora será destinado apenas a servidores que ganham até R\$ 3 mil mensais.

A parte aprovada do pacote inclui também um novo Estatuto do Magistério, que era da década de 70, anterior à Constituição Federal de 1988, ressalta Leite. Com a mudança, um dos principais impactos é o fim do efeito cascata do piso salarial, que atrelava várias faixas da carreira de professores. Conforme aumentava o piso também eram elevados os salários das faixas mais altas. Isso, ressalta Leite, trouxe R\$ 40 bilhões de passivo e significava R\$ 7 bilhões de pagamento adicional da folha ao ano.

A mudança deverá permitir o aumento de salários aos professores entrantes. O efeito cascata trazia impacto não somente aos professores em atividade, mas também no pagamento aos inativos, já que os benefícios também estavam atrelados. Hoje, diz Leite, o Estado tem 100 mil professores inativos e 60 mil em atividade.

Já para os militares, com o pacote de medidas, diz Leite, houve eliminação de vantagens temporais e outros pagamentos. Com isso, um coronel, cujo salário chegava a cerca de R\$ 32 mil mensais, passará a ter teto de R\$ 27,9 mil, equiparando-se à carreira da polícia civil.

Leite afirma que a aprovação da reforma é um grande passo, mas o reequilíbrio das contas estaduais ainda demanda outras medidas, como privatização de estatais e a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que, entre outros benefícios, resulta em suspensão do pagamento da dívida com a União.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Muito usado nos EUA e europa, o papel assalight promete ser sucesso no Brasil
WYDA

LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019
SAVERDAILY

LINK PATROCINADO

50 carros que vão durar mais de 400.000 Km; o seu está na lista?
TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

Cardiologista alerta: “Não coma estes 3 alimentos ladrões de energia”
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Últimas ofertas! Voos a partir de R\$ 89 desde Bahia
WWW.JETCOST.COM.BR

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador
COOL UP

Maia reforça cobrança ao governo

Expectativa é que as reformas administrativa e tributária sejam aprovadas este ano

Por André Guilherme Vieira — De São Paulo

31/01/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a cobrar, ontem, rapidez do Executivo para tocar a agenda econômica. “Não tenho como avançar na reforma administrativa sem o governo me encaminhar sua proposta”.

Maia também rebateu Guedes, que atribuiu ao Legislativo o atraso no encaminhamento da proposta da reforma administrativa. O presidente da Câmara e o ministro da Economia participaram de evento em que se debateu a agenda econômica e as reformas e que foi realizado em um hotel em São Paulo.

Guedes compareceu pontualmente ao seminário, diferentemente de Maia, que se atrasou em razão do trânsito. Por isso, o ministro da Economia falou antes do presidente da Câmara. Entretanto, Maia chegou ao local a tempo de ouvir - e de se irritar - com a parte final da fala do ministro.

“A nós [Poder Executivo] cabe só encaminhar a estrutura [dos projetos], e eles [o Congresso] vão dizer em que ritmo eles querem assumir isso. A classe política sentou no comando da economia, acabou o superministro [da Economia], não tem mais isso”, disparou Guedes.

Maia não escondeu a contrariedade com o discurso do ministro, o questionou e classificou seus argumentos de “narrativa”.

“Não é bem assim, o cronograma tem atraso por parte do Congresso e por conta do governo. Só tem de tomar cuidado com esse negócio de que atrasou o envio da reforma administrativa para que não fique tudo nas costas do Parlamento”, afirmou.

Em seguida, Maia disse em entrevista coletiva que é preciso que os Poderes trabalhem conjuntamente para garantir que as reformas sejam aprovadas.

“O que eu digo é que os Poderes não são independentes e a independência não significa cada um trabalhar no seu canto, é a harmonia que gera os bons resultados”.

Na sequência, o presidente da Câmara procurou pontuar a crítica feita ao ministro da Economia.

“Eu não gosto de ficar fazendo esse tipo de crítica, até porque pode gerar outra interpretação (...) Mas, de fato, aqueles dias entre o 1º e o 2º turnos no recesso [parlamentar], eles não podem ser responsáveis pelo não envio [da proposta de reforma] administrativa”, afirmou.

Segundo Maia, “o pacto federativo foi prometido para abril, para junho e só foi enviado em novembro. Acho que essa narrativa [de Guedes], ‘eu fiz a minha parte, você faz a sua’... O Poder Executivo tem de ter presença, diálogo”, completou.

O presidente da Câmara prosseguiu rebatendo o ministro da Economia, durante a entrevista.

“Então, na hora em que ele [Guedes] fala, ‘agora é com o parlamento’, não. Agora o parlamento vai trabalhar junto com ele, junto com a equipe econômica, para mostrar à sociedade e aos deputados a importância que tem a reforma administrativa, a tributária, a importância que tem a modernização das leis brasileiras”.

Sobre o andamento das reformas, Maia disse que está otimista com os encaminhamentos.

“Acho que as duas podem caminhar, uma vota no primeiro período, a outra vota no outro. O importante é que as duas caminhem”.

O presidente da Câmara afirmou também que as duas reformas devem ser aprovadas este ano.

Veículo: G1	
Data: 31/01/2020	Caderno: Economia



Contas do setor público registram rombo de R\$ 61,87 bilhões em 2019

Foi o sexto ano seguido com as contas no vermelho, mas o melhor resultado desde 2014. Meta fiscal foi atingida e dívida bruta do setor público recuou para 75,8% do PIB em dezembro.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

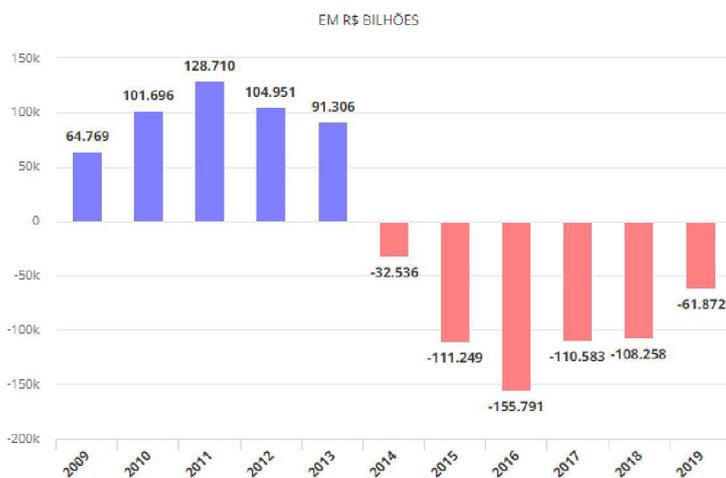
31/01/2020 09h33 Atualizado há 47 minutos

As contas do setor público consolidado, que englobam o governo federal, estados, municípios e empresas estatais, registraram um **déficit primário de R\$ 61,872 bilhões em 2019 (0,85% do PIB)**, de acordo com informações divulgadas nesta sexta-feira (31) pelo Banco Central (BC).

Isso significa que, no período, as receitas de impostos e contribuições do governo foram menores do que as despesas. A conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

O ano passado foi o **sexto seguido com as contas no vermelho**, mas também foi o **melhor resultado desde 2014, ou seja, em cinco anos**. A série histórica do Banco Central tem início em 2001. Em 2017 e 2018, as contas ficaram negativas em R\$ 110,583 bilhões (1,69% do PIB) e em R\$ 108,258 bilhões (1,57% do PIB), respectivamente.

CONTAS DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO



Fonte: BANCO CENTRAL

No ano de 2019, ainda de acordo com o BC:

- o governo federal respondeu por um déficit primário de R\$ 88,889 bilhões;
- os estados e municípios apresentaram um resultado positivo (superávit) de R\$ 15,916 bilhões;
- as empresas estatais registraram um superávit primário de R\$ 11,831 bilhões (principalmente por conta da **capitalização da Emgepron em R\$ 7,6 bilhões, feita pelo Tesouro Nacional em dezembro**. Esse valor foi contabilizado como "superávit" da empresa).

Meta fiscal

Com o resultado registrado pelas contas públicas no ano passado, a meta fiscal para o período foi formalmente atingida. Para todo o setor público, o objetivo foi fixado em um déficit (despesas maiores que receitas) de até R\$ 132 bilhões para o ano de 2019.

Para cumprir a meta fiscal, o governo contou com a ajuda de uma arrecadação extraordinária de R\$ 23,69 bilhões do governo federal com o **leilão de petróleo conhecido como "cessão onerosa"**. Como áreas do pré-sal possuíam mais barris de óleo do que o previsto no contrato inicial fechado com a Petrobras, o excedente foi leiloado em novembro do ano passado. O governo também contou com o bom desempenho da arrecadação, **que registrou o melhor resultado em cinco anos**. A arrecadação avançou em 2019 devido ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB); por uma arrecadação atípica de R\$ 14 bilhões em IRPJ e CSLL; e também pela alta do crédito bancário – que gerou maiores receitas com IOF, entre outros.

O déficit também foi menor que o previsto por conta de dificuldades do próprio governo em gastar os recursos. Isso ocorre devido ao excesso de vinculações de despesas à evolução mais lenta de projetos. Esse fenômeno é chamado de "empoçamento", ou seja, o uso do dinheiro público é autorizado mas, no fim das contas, não é gasto. **Somente no ano passado foram R\$ 24,4 bilhões "empoçados"**.

Outro fator que ajudou as contas públicas em 2019 foi o bom desempenho dos estados e municípios, que registraram um superávit primário (sem contar juros) em suas contas de R\$ 15,9 bilhões no período, e das estatais (com saldo positivo de R\$ 11,8 bilhões).

No mês passado, o BC avaliou que a melhora das contas dos estados em 2019 está relacionada à alta das receitas, por conta do crescimento da economia, **mas que isso não significa que as unidades da federação não estejam em dificuldades**.

Após despesas com juros

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta – no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, utilizado para comparação internacional – **houve déficit de R\$ 429,154 bilhões nas contas do setor público em 2019, o equivalente a 5,91% do PIB.**

Na proporção do PIB, o valor é alto para padrões internacionais e para economias emergentes. Esse número é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração por investidores.

O resultado nominal das contas do setor público sofre impacto das atuações do BC no câmbio (via contratos de swap cambial) e dos juros básicos da economia (taxa Selic), fixados pelo Banco Central para conter a inflação. Atualmente, a Selic está em 4,5% ao ano, na mínima histórica.

As despesas com juros nominais somaram R\$ 367,282 bilhões no ano passado (5,06% do PIB).

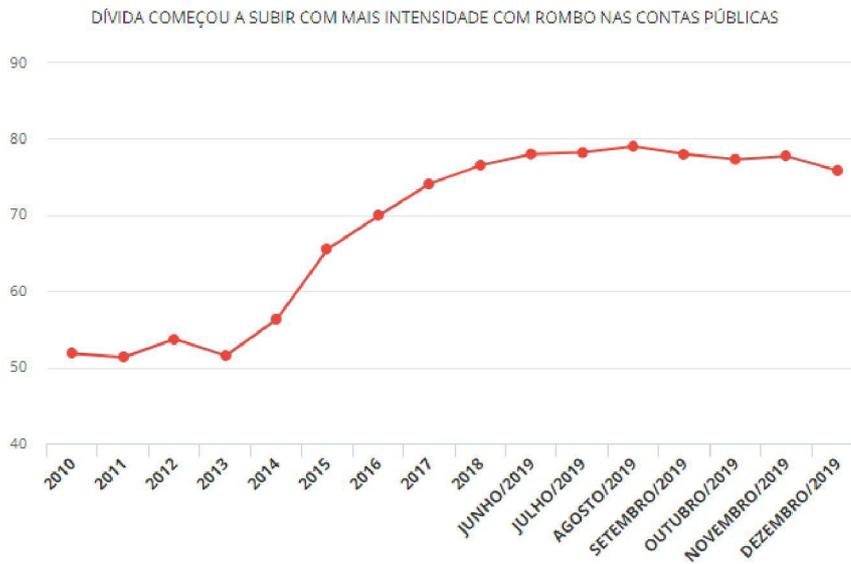
Dívida bruta

A dívida bruta do setor público, uma das principais formas de comparação internacional (que não considera os ativos dos países, como as reservas cambiais), recuou em 2019.

O indicador é acompanhado mais atentamente pelas agências de classificação de risco, e também por investidores internacionais.

A dívida estava em 76,5% do PIB no fim de 2018. Em outubro de 2019 avançou para 77,3% do PIB (R\$ 5,549 trilhões), mas **caiu para R\$ 5,5 trilhões, ou 75,8% do PIB, em dezembro.**

DÍVIDA BRUTA DO BRASIL (% DO PIB)



Fonte: BANCO CENTRAL

A Secretaria do Tesouro Nacional tem observado que o patamar da dívida bruta brasileira está bem acima de outras nações emergentes, em torno de 50% do PIB. Por conta disso, a área econômica avalia ser preciso manter o ajuste nas contas públicas, de modo que a dívida continue recuando nos próximos anos.

Veículo: O Globo	Online
Data: 31/01/2020	Coluna: Economia



Rombo da Previdência chegou em 2019 a R\$ 318,4 bilhões

Déficit cresceu 10% em relação a 2018. Especialistas destacam efeito de corrida pela aposentadoria

Os regimes de Previdência do país fecharam 2019 com um rombo total de R\$ 318,4 bilhões, alta de 10% em relação ao ano anterior, quando o déficit havia ficado em R\$ 289,4 bilhões. O montante corresponde à soma dos resultados registrados nos sistemas de aposentadorias de trabalhadores do setor privado, servidores públicos e militares. O número é o maior da série histórica.

Os dados consolidados foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Na quarta-feira, a pasta já havia informado que o déficit da Previdência do INSS, que paga os benefícios do setor privado, havia ficado em R\$ 213,9 bilhões. A esse valor, foram somados os rombos registrados nos demais regimes.

Depois do INSS, o pior resultado foi o dos regimes dos servidores públicos da União. Em 2019, o déficit foi de R\$ 53,090 bilhões, alta de 14,3% em relação ao do ano anterior (R\$ 46,5 bilhões). O terceiro maior impacto foi o do regime dos militares, em que o rombo chegou a R\$47 bilhões, avanço de 7,2% frente ao ano anterior.

A conta inclui ainda o saldo negativo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), responsável por bancar os salários (inclusive dos inativos) dos militares do DF. No ano passado, a diferença entre receitas e despesas ficou em R\$ 5 bilhões, 5,5% superior à registrada em 2018.

Na avaliação da economista Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, o aumento no ano passado foi influenciado por uma corrida para se aposentar antes da reforma da Previdência.

— Mesmo que o direito adquirido tenha a sua força enquanto lei, as pessoas que puderam antecipar sua aposentadoria anteciparam. Outro fator é o da informalidade.

Embora a economia tenha tido uma recuperação, uma parte é totalmente informal, em que o trabalhador não contribui para a Previdência, e isso gera impacto na receita do INSS —explica a especialista.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, observa que o déficit da Previdência de servidores civis e militares equivale a praticamente metade do registrado no regime dos trabalhadores privados, embora seja um número menor de segurados.

— Isso mostra descompasso e injustiça, considerando os números per capita, e uma velocidade de crescimento do déficit muito grande.

Aprovada no ano passado, a reforma da Previdência deve começar a ter impacto nas contas públicas neste ano.

A estimativa é que a economia nos próximos dez anos seja de R\$ 800 bilhões, considerando apenas o impacto das contas da União. Esse efeito, no entanto, não diminuirá os gastos com aposentadorias e pensões no país — apenas fará com que a bola de neve cresça mais lentamente. A aprovação da medida é considerada importante para garantir a sustentabilidade das finanças públicas no longo prazo.

Margarida, da UFRJ, destaca o efeito da medida que instituiu um pente-fino no INSS, que deve garantir uma economia de R\$ 280,5 bilhões em dez anos.

— O regime previdenciário teria tido uma performance muito pior se não tivesse o pente-fino em ação — observa a especialista.

Tribuna

São Paulo registra investimento mais baixo em dez anos

BRUNO RIBEIRO
ESTADÃO CONTEÚDO

O governo do Estado de São Paulo registrou em 2019, primeiro ano de mandato do governador João Dória (PSDB), o nível mais baixo de investimento público dos últimos dez anos. Gastos do governo estadual com obras e compra de novos equipamentos tiveram queda de 7,6% em relação a 2018, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. Foram investidos, no ano passado, R\$ 9,5 bilhões, segundo dados da Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento. Até então, o resultado mais baixo da década

havia sido registrado em 2018, último ano da gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) e Márcio França (PSB), quando foram gastos R\$ 9,8 bilhões em valores nominais (R\$ 10,3 bilhões, corrigidos pela inflação).

A conta se restringe aos valores empregados em novas construções do governo, como rodovias, hospitais e presídios, ou na aquisição de equipamentos, como viaturas, por exemplo. A verba usada para pagar salários de funcionários e comprar insumos necessários à manutenção de serviços públicos, chamada de custeio, não é tratada como investimento.

Ao comentar a queda no ritmo de investimentos, que

descreve como "normal", o secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, apontou três explicações principais: a redução de linhas de crédito recebidas pelo Estado, a diminuição no ritmo de obras e os cortes de gastos que foram feitos em várias esferas do poder público. "Foram coisas normais de um governo novo que assume e que tem de enfrentar uma série de problemas", afirmou Meirelles, fazendo referência à troca de titulares em cargos-chave tanto no governo do Estado quando no governo federal.

A redução nas linhas de crédito com instituições financeiras do Brasil e do exterior tem ligação com a di-

ficuldade do governo para tocar obras de mobilidade. Intervenções na área de mobilidade, como o Trecho Norte do Rodoanel e a Linha 6 do Metrô, estão paradas por dificuldades enfrentadas pelas empresas contratadas, envolvidas na Lava Jato, e necessidade de novas licitações, que ainda não foram lançadas. Como o dinheiro do financiamento é liberado à medida que a construção avança, esse montante caiu. Para Meirelles, a queda nos investimentos não é um sinal preocupante, pois o governo trabalha com a expectativa de que, já a partir deste ano, as concessões se transformem em fonte de investimento.



O GOVERNO
de São Paulo
registrou em
2019, primeiro
ano de mandato
do governador
João Dória (PSDB),
o nível mais
baixo de
investimento
dos últimos 10
anos

Tribuna



Petrobras corta em 3% preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias

G1

A Petrobras informou ontem que vai reduzir o preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias em 3% a partir de hoje.

Em janeiro, já é a terceira vez que a estatal corta o preço dos combustíveis. Na semana passada, a empresa diminuiu o preço médio da gasolina e do diesel nas refinarias em 1,5% e 4,1%, respectivamente. Em 14 de

janeiro, promoveu um corte de 3%.

A petroleira estatal tem reiterado que sua política para ambos os combustíveis segue o princípio da paridade de importação, que leva em conta preços no mercado internacional mais os custos de importadores, como transporte e taxas portuárias, com impacto também do câmbio, destaca a Reuters.

PREÇOS NOS POSTOS

O repasse dos ajustes de preço nas refinarias para

o consumidor final nos postos depende de diversos fatores, como impostos, margens de distribuição e revenda e mistura de biocombustíveis.

Na semana passada, os preços dos combustíveis voltaram a subir, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com o levantamento da ANP, o valor médio do litro da gasolina para o consumidor avançou 0,17%, para R\$ 4,594, nesta semana.

Tribuna

Brasil vive hoje o mundo novo dos juros baixos

Renée Pereira, O Estado
de S.Paulo

A queda da taxa de juros para patamares históricos está transformando o mercado de crédito e de investimentos no Brasil. Nesta quarta-feira, 29, em palestra no Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, associado à Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), os economistas Roberto Teixeira da Costa, Mailson da Nóbrega e Newton Rosa discutiram sobre os benefícios e os riscos desse novo mundo, como uma bolha no mercado de capitais.

“O rápido recuo da taxa de juros pegou os brasileiros despreparados. Até então nossa cultura era de investir em poupança e renda fixa”, diz Costa, fundador e ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). De uma hora para outra, completa ele, os investidores tiveram de buscar novas formas de remunerar seu capital, elevando a procura por renda variável e aumentando o preço dos ativos. “Isso acabou gerando uma discussão sobre uma bolha especulativa.”

Na avaliação de Costa, se comparados aos ativos

internacionais, o mercado brasileiro não está caro nem barato. Mas se levar em conta o patamar dos ativos de três anos atrás, está caro. Ele, no entanto, não vê com preocupação o risco de formação de uma bolha. “No passado, o estrangeiro abocanhava boa parte das emissões na Bolsa. Hoje, na busca de novas opções de investimento, é o brasileiro que tem feito esse papel.”

Para Mailson, ex-ministro da Fazenda, o Brasil vive hoje “o admirável mundo novo dos juros baixos”, que veio para ficar. Ele acredita que esse é o resultado de um conjunto de ações que aumentaram a potência da política monetária brasileira – num processo que durou 25 anos.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 31/01/2020	Caderno: Economia



Mais impostos na bebida, mais informalidade, produtos contaminados, contrabando e concorrência desleal

Percival Maricato*

31 de janeiro de 2020 | 10h00

Percival Maricato. FOTO: DIVULGAÇÃO

É difícil fazer reforma tributária em um país em crise econômica e social quase que permanente, onde o governo (municípios, estados e União), no passado, presente e futuro gastam mais do que arrecadam e querem cada vez mais. A carga de impostos já ultrapassa 35% do PIB. E poderosos setores econômicos pressionam por redução do que pagam (muitos justificadamente), enquanto não há apetite por taxar, minimamente que seja, grandes fortunas, heranças ou o 1% mais bem aquinhoado na partilha do bolo.

Mas como deve haver redução da carga para setores que pressionam e o governo quer mais, (em vez de cortar custos), então só resta procurar vacas leiteiras para pagar a conta. Uma delas poderá ser o setor de bebidas alcoólicas, mais uma vez. E para que o aumento de impostos seja palatável à opinião pública, o Ministro Paulo Guedes o chama de “taxa do pecado” e os parlamentares que apoiam a proposta dizem que a bebida está entre os produtos com “externalidades negativas”, merece imposto seletivo, ao lado do cigarro e dos que contém açúcar.

Neste ponto, é importante expor como as coisas realmente são: Produtor e consumidor pagam por uma garrafa de cachaça 81,87% de impostos, de cerveja 55,6%, de vinho nacional 64% e do importado 69%. O refrigerante, que também poderá ser vítima, já paga 46%. Em um simples chopinho pagamos 42,20% de imposto, mais alto que qualquer colarinho branco. E todos sabem da qualidade dos serviços com que o governo retorna, quando retorna.

De “Al Capones” e Lei Seca

Novos aumentos poderão resultar em desarranjos nesse importante mercado, como aconteceu com o do cigarro: bem mais de 50% dos maços vendidos no país são contrabandeados e o governo vem recebendo tanto menos quanto mais aumentou os impostos, isso sem contar o que gasta para tentar conter o contrabando, polícia federal, criminosos em prisões etc.

O mesmo vale para bebidas: mais impostos, mais informalidade, mais produtos contaminados, mais contrabando e concorrência desleal, de quebra, mais máfias e “Al Capones”. E tem um agravante: informalidade é um risco enorme para o consumidor de bebidas, pois centenas de fabriquetas passarão a funcionar em fundos de quintais, já que haverá centenas de milhares de bares atrás do produto. Se uma fábrica de cerveja de Belo Horizonte, ultra bem cuidada, comete erros...

Parece que o Ministro esqueceu da Curva de Lafer ou das lições da Lei Seca, pois algo parecido pode acontecer no Brasil devido ao saco sem fundos da carga tributária.

O ódio, a liberdade de escolha e a felicidade

As pessoas bebem, em geral, quando estão felizes, em companhia de amigos, por divertimento, descontração, comemoração da vida, especialmente chope, caipirinha, bebidas agregadoras, comunitárias. Elas estimulam momentos de amizade, felicidade e vice-versa. Com raras exceções, bebe-se com responsabilidade. Exceções fazem mal em qualquer área, devem ser punidas se for o caso. Pois parece que há gente que generaliza exceções e detesta os prazeres do bar e da bebida, não gosta e não quer que os outros gostem, querem detonar o constitucional direito de escolha, a liberdade de se sentar em uma mesa e tomar um chopinho, a preço ainda acessível para uma boa parte da população, querem restringi-lo a faixa menor de renda, torna-lo carne de primeira. Não por outro motivo, leis tentando restringir ou onerar o funcionamento de bares são tiradas das cartolas mágicas de burocratas e parlamentares regularmente. Sempre os apontando como atividade de pecadores para pecadores.

De fato, o bar é a praia do povo brasileiro, divã do psicólogo, escritório das almas, sempre de portas abertas para quem o quiser, estímulo ao que nos restou de poesia, uma das esperanças para se tirar as pessoas do isolamento estimulado pelas dificuldades da vida moderna, pelo celular, pela TV, com seus filmes violentos e sua publicidade chata, embrutecedora, deletéria, uma das atividades que ajuda a nos manter humanizados.

A esperança de manter-nos reunidos no futuro, em torno de uma mesa, jogando conversa fora cantando, comemorando eventos felizes, reforçando a sociabilidade, a sensibilidade, em vez de enviando mensagens de ódio ao outro pelo *WhatsApp*. *Savoir vivre*, *carpe diem*, happy hour, mais Dionísio e menos Apolo, o bar é um altar de outro tipo, tem outros cultos. E os drinques são fundamentais para isso, para o bar, que não existiria sem as bebidas. Sua razão de ser, sua maior atração. A ameaça de demonizar a bebida é dirigida diretamente contra a existência do bar, dos prazeres do bar, contra a pessoa humana em sua autonomia. Igualmente seria o resultado pela via indireta do aumento de impostos sobre bebidas. É no mínimo elitizar este que ainda se mantém como uma acolhedora segunda casa dos brasileiros, de todos, sem distinção, um lugar sem um único preconceito.

Mais de dez milhões servindo mais de cento e cinquenta milhões

O que se espera é, pois, se mantida a intenção de taxar a bebida, movimento de resistência do setor econômico, menos *low profile* da indústria, da população, do comércio, dos que sabem da importância do bar para o turismo, das pessoas que não querem participar do pensamento de que este mundo é vale de lágrimas e é preciso sofrer para merecer o céu, que a vida tem que ser trabalhar ou procurar trabalho, que o governo tem que ser teocracia e intervir na vida dos cidadãos como se estes não soubessem o que querem, que tudo que diverte seja pecado.

Se um brasileiro trabalha cinco meses do ano para pagar impostos, o chopista terá que pagar seis? Bar e chopinho vai ser como carne de primeira, acessível apenas por minorias?

O setor de bares e restaurantes tem um milhão de estabelecimentos, mais de dois milhões de pequenos empresários, sem falar no outro tanto de empreendedores e

empregados de fornecedores, especialmente de bebidas, prestadores de serviços, ao qual se pode somar mais de cento e cinquenta milhões de brasileiros consumidores. Em todas as pesquisas é apontado ao lado de restaurantes como a maior atração, tanto por turistas domésticos como internacionais, o mais procurado e o mais bem avaliado. Tem que ser preservado de mais impostos, de leis onerosas e restritivas, muitas demagógicas.

A sociedade, os donos de bares, os chopistas, esses milhões de brasileiros, não podem aceitar essa danação. Se existe pecado no país ele está na cruel e burra distribuição de renda, que o governo tem que tratar com sensibilidade (excesso de miseráveis, sem comida, sem teto) e racionalidade (sem mercado não existe desenvolvimento), e não usá-la para justificar agressões ao meio ambiente. Nunca no chopinho.

***Percival Maricato, advogado e presidente da Associação de Bares e Restaurantes de SP (Abrasel)**